



AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de junho de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanço Patrimonial	8
Demonstração dos Resultados	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da AL5 S.A. CFI apresenta as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativos ao semestre encerrado em 30 de junho de 2024. Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

Fatos Novos Relevantes

O primeiro semestre de 2024 foi marcado por avanços significativos na AL5 S.A. CFI, destacando a implementação de estratégias que fortaleceram a posição no mercado de crédito, especialmente no agronegócio, e consolidaram um ambiente de inovação e eficiência. O contexto global apresentou sinais de recuperação econômica moderada, com ajustes de políticas monetárias e quedas nas taxas de juros em grandes economias, como Estados Unidos e Europa. Esse ambiente favoreceu o mercado brasileiro, com forte demanda por ativos e emissões externas que triplicaram em relação ao ano anterior.

No Brasil, o setor financeiro expandiu tanto nas captações quanto nas operações de crédito, com destaque para os CDBs, que cresceram 6,9% no 2T24, representando 65% do total captado, e para o crédito rural, cujas concessões acumuladas em 12 meses avançaram 18,6% a.a. As Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), apesar de uma leve retração trimestral, mantiveram sua relevância no apoio à cadeia produtiva do setor.

O AL5 Bank inovou ao estruturar o produto de captação Letra Financeira (LF), em aprimorar o portfólio com novos produtos como Antecipação de Recebíveis sem IOF, Seguro Prestamista e Crédito Rural. No campo tecnológico, a financeira lançou investimentos via aplicativo, modernizou o portal de cobrança e avançou com o MVP2 do SAP. Na prevenção de fraudes, implantou o Sistema Quod e aprimorou as regras antifraude. Essas melhorias ajudam a financeira a se tornar mais competitiva, aumentar a satisfação dos clientes e reduzir riscos operacionais e financeiros.

Aspectos Operacionais e Desempenho Econômico-Financeiro

A AL5 S.A. CFI encerrou o semestre com 8.304 operações de crédito ativas, totalizando R\$ 133 milhões em recursos liberados e receitas totais de R\$ 42,5 milhões, um aumento de 16% em relação ao mesmo período anterior. Os investimentos em tecnologia somaram R\$ 7,3 milhões, reforçando os sistemas operacionais e a experiência do cliente.

Apesar de apresentar uma receita de intermediação financeira superior ao orçamento (R\$ 42,5 milhões) e uma margem financeira positiva, o resultado líquido foi impactado por despesas administrativas e operacionais, encerrando em R\$ 287 mil, abaixo do orçado. O desempenho reflete desafios na gestão de despesas e na busca por maior eficiência operacional.

A gestão de capital continua sendo conduzida de forma prospectiva, com o acompanhamento rigoroso dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) e do Patrimônio de Referência, conforme os Acordos de Basileia. Os níveis de Patrimônio Líquido permanecem acima do exigido, garantindo a solidez da carteira ativa e mitigando riscos.

Considerações Finais

A Administração reafirma seu compromisso com a condução responsável e sustentável das operações, em conformidade com a legislação e os regulamentos aplicáveis, visando atender às necessidades dos acionistas, clientes e parceiros. O desempenho alcançado no primeiro semestre reflete a busca constante por inovação, eficiência e segurança, criando as bases para um crescimento sólido e sustentável.

Cuiabá-MT, 31 de janeiro de 2025

Rafael Alessi

Diretor Presidente



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Créditos Tributários

Chamamos a atenção para o fato de a Instituição Financeira possuir contabilizado em 30 de junho de 2024, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 5.565 mil, conforme divulgado na nota explicativa "15.b" às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros, conforme projeção de resultados preparado e aprovado pela administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de janeiro de 2025.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1-S/MT
ELIANE SCOTO DE FREITAS
Contadora CRC-PR Nº 038.367/O-9-S/MT

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Balço Patrimonial

Em 30 de Junho de 2024 e 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	31/12/2023		Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		363.338	309.467	Passivo Circulante		224.686	194.802
Disponibilidades	5.a	2.080	1.048	Depósitos		88.282	57.650
				Depósitos a Prazo	12.a	81.432	50.082
				Outros Depósitos	12.b	6.850	7.568
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		84.279	30.318	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.c	127.923	132.949
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.b	84.279	30.318	Recursos de Aceites Cambiais		4.048	13.726
				Obrig. por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		123.875	119.223
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos						219	219
Financeiros Derivativos	6	143.840	150.650	Relações Interfinanceiras		219	219
Carteira Própria		147.275	151.844	Obrigações Junto a Particip. do Sistema de Liquid.			
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.435)	(1.194)			8.262	3.984
Operações de Crédito		121.109	126.804	Outras Obrigações			
Setor Privado	7.a	121.134	127.790	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.a	43	62
Setor Público	7.a	6.747	8.312	Fiscais e Previdenciárias	13.b	2.487	2.803
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	7.c	(6.772)	(9.298)	Recursos Vinculados à Operações de Crédito	13.c	178	184
				Diversas	13.d	5.554	935
Outros Créditos	8	1.609	573			131.252	129.344
Diversos		1.609	573	Passivo não Circulante			
				Depósitos	12.a	48.514	54.580
Outros Valores e Bens	9	10.421	74	Depósitos a Prazo		48.514	54.580
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		10.104	-	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.c	82.738	74.593
Outros Valores e Bens		317	74	Recursos de Aceites Cambiais		82.738	74.593
Ativo não Circulante		65.022	85.542	Outras Obrigações	13.c	-	171
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos				Recursos Vinculados à Operações de Crédito		-	171
Financeiros Derivativos	6	21.783	21.696				
Carteira Própria		21.989	21.807	Patrimônio Líquido	14	83.458	83.170
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(206)	(111)	Capital			
Operações de Crédito		37.550	57.785	De Domiciliados no País		107.000	107.000
Setor Privado	7.a	23.748	42.230	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1)	(1)
Setor Público	7.a	15.403	17.585	Reservas de Lucros		66	51
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	7.c	(1.601)	(2.030)	Prejuízos Acumulados		(23.607)	(23.880)
Outros Créditos	8	5.689	6.061				
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições		5.689	6.061				
Permanente		11.036	12.307				
Imobilizado de Uso	10	643	679				
Outras Imobilizações de Uso		1.164	1.112				
(-) Depreciações Acumuladas		(521)	(433)				
Intangível	11	10.393	11.628				
Outras Ativos Intangíveis		15.413	15.413				
(-) Amortizações Acumuladas		(5.020)	(3.785)				
Total do Ativo		439.396	407.316	Total do Passivo		439.396	407.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho de 2024	Junho de 2023
Receitas de Intermediação Financeira	17.a	40.984	35.146
Operações de Crédito	7.e	20.293	23.814
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.388	4.939
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		17.303	6.393
Despesas da Intermediação Financeira		<u>(24.853)</u>	<u>(23.683)</u>
Operações de Captação no Mercado	17.b	(18.409)	(19.110)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.367)	(4.520)
Outras Despesas de Intermediação Financeira	17.c	(77)	(53)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>16.131</u>	<u>11.463</u>
Outras Receitas/Despesas Operacionais		<u>(14.395)</u>	<u>(11.128)</u>
Receitas de Prestação de Serviços	17.d	1.606	2.169
Outras Despesas Administrativas	17.e	(9.927)	(8.434)
Despesas de Pessoal	17.f	(6.647)	(5.295)
Despesas Tributárias	17.g	(1.230)	(991)
Outras Receitas/(Despesas)	17.h	1.803	1.423
Resultado Operacional		<u>1.736</u>	<u>335</u>
Receitas Não Operacionais		<u>-</u>	<u>164</u>
Lucros em Transações com valores e Bens		-	164
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		<u>1.736</u>	<u>499</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social		<u>(1.448)</u>	<u>(349)</u>
Provisão para Imposto de Renda	15	(662)	(214)
Provisão para Contribuição Social	15	(414)	(135)
Ativo Fiscal Diferido	15	(372)	-
Lucro ou Prejuízo Líquido do Período		<u>288</u>	<u>150</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de Reais)

	Junho de 2024	Junho de 2023
Resultado Líquido	288	150
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre	288	150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Exercício Findo em 30 de Junho de 2024
(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Integralizado	(-) Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro		TOTAL
			Reserva Legal	Lucros ou Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	77.000	-	12	(24.625)	52.387
Aumento de Capital	30.000	-	-	-	30.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(1)	-	-	(1)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	150	150
Destinações					
Constituição de Reservas	-	-	7	(7)	-
Saldos em 30 de Junho 2023	107.000	(1)	19	(24.482)	82.536
Lucro Líquido do Período	-	-	-	634	634
Destinações					
Constituição de Reservas	-	-	32	(32)	-
Saldos em 31 de Dezembro 2023	107.000	(1)	51	(23.880)	83.170
Lucro Líquido do Período	-	-	-	288	288
Destinações					
Constituição de Reservas	-	-	15	(15)	-
Saldos em 30 de Junho de 2024	107.000	(1)	66	(23.607)	83.458
Mutações do Período	-	-	15	273	288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto
(Em milhares de Reais)

	Junho de 2024	Junho de 2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.736	499
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período		
Depreciações e Amortizações	1.323	902
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(619)	(14.597)
	<u>2.440</u>	<u>(13.196)</u>
IR e CS Pagos	(1.076)	(349)
(Aumento)/Redução dos Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários	4.387	(70.204)
Operações de Crédito	28.885	56.636
Outros Créditos	(1.035)	(327)
Outros Valores e Bens	(10.347)	2.211
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Depósitos	24.566	(28.948)
Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	3.118	(2.023)
Relações Interfinanceiras	-	48
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(19)	44
Fiscais e Previdenciárias	(316)	444
Outras Obrigações	4.442	1.994
	<u>55.045</u>	<u>(53.670)</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	55.045	(53.670)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(52)	(35)
Aquisição de Intangível	-	(3.318)
	<u>(52)</u>	<u>(3.353)</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(52)	(3.353)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	-	30.000
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	-	30.000
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>54.993</u>	<u>(27.023)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	31.366	66.162
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	86.359	39.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto operacional

A AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento (“AL5 S.A. CFI”), anteriormente denominada Amaggi S.A. – CFI, é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) a funcionar em agosto de 2017, momento no qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil (BCB) e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, que realiza operações de crédito nas modalidades Capital de Giro, atendendo clientes pessoas jurídicas; o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores da Amaggi; Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas; Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal, e ainda o financiamento de veículos e outros bens, como por exemplo, máquinas e implementos agrícolas.

Além dos produtos de crédito, a AL5 S.A. CFI, oferta a seus clientes a conta de pagamentos digital. Disponível na versão *mobile*, por meio dela, é possível realizar transferências de recursos financeiros via *PIX* e *Ted*, pagamento de contas e realizar transações com cartão de crédito.

A captação de recursos é realizada de clientes pessoas físicas e jurídicas, dentro do próprio conglomerado Amaggi e em outras fontes no mercado, pelos canais de relacionamento com os clientes, aplicativo da conta de pagamentos ou corretoras de valores, através da aplicação financeira em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Recibos de Depósitos Bancários (RDB), Letras de Câmbio (LC) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33- Benefícios a Empregados e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 27 de agosto de 2024

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos originais sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BCB, as cotas de fundos de investimentos detidos pela AL5 S.A. CFI são avaliadas e classificadas como:

Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

As Cédulas de Produto Rural, classificadas como:

Títulos mantidos até o vencimento – títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

e) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas “pro-rata” dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução nº 2.682, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99.

Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

Demais, são demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas "pro-rata" dia e provisão para perdas, quando julgado necessário.

g) Ativos circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem.

i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

j) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real trimestral para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%. No período compreendido entre agosto e dezembro de 2022, a alíquota foi majorada, passando a 16%, retornando aos 15% em 1º de janeiro de 2023, conforme Lei nº 14.446 de 02 de setembro de 2022.

Os créditos tributários são calculados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

l) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A AL5 S.A. CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a AL5 S.A. CFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da AL5 S.A. CFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da AL5 S.A. CFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da AL5 S.A. CFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução CVM nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da AL5 S.A. CFI possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução CVM nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na AL5 S.A. CFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução CVM nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A AL5 S.A. CFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução CVM nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A AL5 S.A. CFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações quando são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem incorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil (BCB) especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências regulatórias. O índice de Basileia em 30 de junho de 2024 apurado nos critérios da Resolução CMN nº 4958, é de 16,85% frente a 16,56% em 31 de dezembro de 2023. A tabela a seguir demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Patrimônio de Referência	67.378	65.483
Patrimônio de Referência Nível I	67.378	65.483
Capital Principal	67.378	65.483
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	399.788	395.403
Risco de Crédito	329.239	336.491
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	63.462	58.912
Risco Associado a Serviços e Pagamento	7.087	
Índice de Basileia	16,85%	16,56%

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto nesta data-base seguintes montantes:

a) Disponibilidades

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos bancários	2.080	1.048
Total	2.080	1.048

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Compromissadas (i)	48.872	30.318
Depósitos Interfinanceiros (ii)	35.407	
Total	84.279	30.318

(i) Em 30 de junho de 2024, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações compromissadas em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 48.872 com data de revenda prevista para o dia 01 de julho de 2024 (*Overnight*) e,

(ii) Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural (*DIR*), no valor total de R\$ 35.407, com vencimentos em 08/07/2024 e 24/09/2024.

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários está classificada de acordo com a Circular CVM nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BCB) e, em 30 de junho de 2024, apresentavam os valores de R\$ 165.623 em Cédula de Produto Rural (CPR), classificadas como mantidos até o vencimento.

Composições da Carteira

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>Valor de Custo</u>	<u>Valor de Custo</u>
Títulos Mantidos até o Vencimento	169.264	173.651
Aplicações em Commodities	169.264	173.651
Cédula de Produto Rural – CPR (i)	169.264	173.651
(-) PCLD	(3.641)	(1.305)
Total	165.623	172.346

(I) As aplicações em Commodities referem-se à títulos com risco de crédito rural, na modalidade Cédula de Produto Rural (CPR) e estão classificados como “Mantidos até o Vencimento”, passíveis de antecipação.

Nota 7. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da Carteira de Crédito por Segmento Econômico e Nível de Risco:

Nível de Risco	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total 2024	% Provisão	Provisão 2024	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total 2023	% Provisão	Provisão 2023
A	51.851	59.820	111.671	0,5	558	46.728	76.566	123.294	0,5	616
B	19.632	13.575	33.207	1	332	21.875	15.000	36.875	1	369
C	4.807	7.057	11.864	3	356	17.936	4.186	22.122	3	664
D	47	2.327	2.374	10	238	1.922	802	2.724	10	272
E	130	480	610	30	183	-	1.023	1.023	30	307
F	-	802	802	50	401	-	970	970	50	485
G	-	664	664	70	465	-	985	985	70	689
H	1.922	3.918	5.840	100	5.840	2.163	5.761	7.924	100	7.926
Total	78.389	88.643	167.032		8.373	90.624	105.292	195.917		11.328

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a carteira de crédito estava composta dos seguintes saldos:

Produto	30/06/2024			31/12/2023		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Consignado	27.047	23.719	50.766	29.568	28.676	58.244
Capital de Giro	64.315	13.390	77.705	59.519	29.687	89.206
Empréstimo Pessoal	32.139	1.931	34.070	43.041	849	43.890
Financiamento de Veículos	235	10	245	350	69	419
Financiamento Demais Bens	846	101	947	2.205	534	2.739
Desconto de Recebíveis	684	-	684	1.419	-	1.419
Financiamentos Rurais	2.615	-	2.615	-	-	-
Total da Carteira de Crédito	127.881	39.151	167.032	136.102	59.815	195.917
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.772)	(1.601)	(8.373)	(9.298)	(2.030)	(11.328)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	121.109	37.550	158.659	126.804	57.785	184.589

	30/06/2024	Participação	31/12/2023	Participação
Setor Privado				
Pessoas Físicas	63.878	38,24%	79.395	40,52%
Comércio	23.559	14,10%	27.479	14,03%
Indústria	6.906	4,13%	7.722	3,95%
Outros Serviços	47.924	28,69%	55.424	28,30%
Rural	2.615	1,57%	-	-
Setor Público				
Pessoas Físicas	22.150	13,26%	25.897	13,22%
Total	167.032	100%	195.917	100%

b) Composição da Carteira de Crédito por Vencimento:

	30/06/2024	31/12/2023
Parcelas em Curso Normal:		
De 1 a 30 dias	9.616	8.552
De 31 a 60 dias	14.742	10.603
De 61 a 90 dias	19.056	6.211
De 91 a 180 dias	33.099	55.900
De 181 a 360 dias	35.955	47.027
Acima de 360 dias	39.152	59.815
Subtotal	151.620	188.108
Parcelas Vencidas:		
De 1 a 14 dias	43	677
De 15 a 30 dias	1.069	849
De 31 a 60 dias	9.839	650
De 61 a 90 dias	1.470	125
De 90 a 120 dias	392	354
De 121 a 150 dias	652	1.206
De 151 a 180 dias	363	642
De 181 a 240 dias	950	620
De 241 a 360 dias	511	2.561
Acima de 360 dias	123	124
Subtotal	15.412	7.809
Total	167.032	195.917

c) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	(11.328)	(25.627)
Constituições	(5.969)	(10.643)
Reversões	246	-
Baixas	8.678	24.942
Saldo Final	(8.373)	(11.328)

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	30/06/2024	%	31/12/2023	%
Maior devedor	13.776	8	13.744	7
Dez maiores devedores ⁽¹⁾	55.138	33	64.057	33
Vinte maiores devedores	82.121	49	92.621	47
Cinquenta maiores devedores	106.772	64	121.843	62
Cem maiores devedores	116.478	70	135.337	69

(1) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o maior volume de operações é de clientes pessoa jurídica com operações de Capital de Giro.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas com Empréstimos	19.775	23.179
Rendas com Direitos Creditórios	128	11
Rendas com Financiamentos	322	624
Rendas com Financiamentos Rurais	68	-
Total	<u>20.293</u>	<u>23.814</u>

f) Renegociação e Recuperação de Créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2024 registrou-se a recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 1.531, ante R\$ 1.431 no mesmo período do ano anterior.

Nota 8. Outros Créditos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos e Antecipações Salariais	17	10
Adiantamentos para Pagamentos (a)	31	44
Créditos Tributários de Impostos (b)	5.689	6.426
Devedores por Depósitos em Garantia	-	2.042
Impostos e contribuições a compensar (c)	230	553
Imposto de Renda a recuperar (d)	24	24
Valores a Receber (e)	17	16
Devedores Diversos (f)	1.290	740
Total	<u>7.298</u>	<u>9.855</u>
Curto Prazo	<u>1.609</u>	<u>3.429</u>
Longo Prazo	<u>5.689</u>	<u>6.426</u>

(a) Adiantamentos para Pagamentos.

Adiantamentos à fornecedores, no valor de R\$ 31 em 30 de junho de 2024, frente a R\$ 44 em 31 de dezembro de 2023.

(b) Créditos Tributários de Impostos

Em 30 de junho de 2024 foram apurados créditos referentes a Imposto de renda sobre Prejuízo fiscal a recuperar (R\$ 124), Imposto de renda (R\$ 3.444), e Contribuição Social (R\$ 2.121) diferidos sobre prejuízos fiscais, constituídos em exercícios anteriores, nos termos da Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. Os créditos tributários estão alocados no longo prazo, com expectativa de realização ao longo dos próximos 5 anos, conforme previsto em estudo técnico (vide nota 16.b)

(c) Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a valores de imposto de renda recolhidos ou retidos em períodos anteriores, no valor de R\$ 230 em 30 de junho de 2024 e R\$ 553 em 31 de dezembro de 2023.

(d) Imposto de Renda a recuperar

Imposto de renda a recuperar refere-se a imposto de renda retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores, no total de R\$ 24.

(e) Valores a Receber

Créditos a receber referente transferência de recursos para depósito judicial no valor de R\$ 17, via conta liquidação (SPB).

(f) Devedores Diversos

Valores de operações de crédito originadas por correspondente bancário, baixadas para prejuízo, no valor de R\$ 241, que serão ressarcidas conforme previsto em contrato e valores a receber referente transferência de recursos via TED, da conta liquidação, no valor de R\$ 5, bem como outros saldos a conciliar.

Nota 9. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens está composto por Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (R\$ 10.104), material em estoque (R\$ 34), e despesas antecipadas com licença de software (R\$160), seguros, com vigência de 12 meses (R\$ 66.) e Deságio na Colocação de Títulos (R\$ 57).

Do saldo de R\$ 10.104, reconhecido como Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda, R\$ 9.974 refere-se ao imóvel de matrícula nº 116.308 – ficha 01 – Livro 02 registrado no 1º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande – MT, consolidado pela instituição em dação de pagamento de operação de crédito inadimplida, cujo valor de avaliação é de R\$ 16.256, conforme laudo técnico.

Desta forma, o bem encontra-se registrado pelo saldo devedor da dívida na data de sua baixa, conforme dispõe a Resolução BCB nº 5, de 12 de agosto de 2020 e, R\$ 130 refere-se ao veículo Toyota Hilux chassi nº 8AJFA8CB5K2005879, objeto de garantia em alienação fiduciária de operação de crédito inadimplida devidamente reconhecida a valor de mercado, conforme laudo de avaliação contido nos autos de Execução Judicial nº 1030695-76.2021.8.11.0041.

Nota 10. Imobilizado de Uso

	Taxas de Depreciação (ao ano)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	06/2024 Valor Residual
Instalações	10%	118	(51)	67
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	443	(164)	279
Sistema de Processamento de Dados	20%	603	(306)	297
Total		1.164	(521)	643

	12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Taxa (%)	12/2023
Instalações	73	-	-	(6)	10	67
Móveis e Equipmts. de Uso	302	-	-	(23)	10	279
Sistema de Proc. de Dados	304	52	-	(59)	20	297
Total	679	52	-	(88)		643

Nota 11. Intangível

	Taxas de Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	06/2024 Valor Residual
Outros Ativos Intangíveis	20%	15.413	(5.020)	10.393
Total		15.413	(5.020)	10.393

	<u>12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Taxa (%)</u>	<u>12/2024</u>
Outros Ativos Intangíveis	11.628	-	-	(1.235)	20	10.393
Total	11.628	-	-	(1.235)		10.393

É representado por desenvolvimento de software e website registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 12. Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Saldo em 30/06/2024</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Depósitos a prazo (a)	20.818	60.614	48.514	129.946	104.662
Outros depósitos (b)	6.850	-	-	6.850	7.568
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (c)	55.761	72.162	82.738	210.661	207.543
Total	83.429	132.776	131.252	347.457	319.773

(a) Depósitos a prazo

Representado por Certificados de Depósitos Bancários e Recibo de Depósitos Bancários no montante de R\$ 129.946 com vencimento até 09 de junho de 2027 com taxa média de 111% do DI.

(b) Outros depósitos

Referem-se a depósitos em contas de pagamento pré-pagas de clientes da instituição, no montante de R\$ 6.850.

(c) Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos

Representado por Letras de Câmbio no montante de R\$ 86.786 com vencimento até 22 de dezembro de 2025 com taxa média de 102,8% do DI; e Letras de Crédito do Agronegócio, no valor total de R\$ 123.875, com vencimento até 27 de dezembro de 2024 e taxa média de 96,3% do DI.

Nota 13. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IOF a Recolher Operações de crédito	43	62
Total	43	62

b) Fiscais e Previdenciárias:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão Para Impostos e Contribuições (i)	1.834	758
Impostos e Contribuições A Recolher (ii)	653	2.045
Total	2.487	2.803

(i) Provisão para imposto de renda (R\$ 1.080) e CSLL (R\$ 754), apurados no 2º trimestre de 2024.

(ii) Referem-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, bem como INSS, FGTS e IRRF sobre folha em 30 de junho de 2024, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

c) Recursos Vinculados a Operações de Crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Operação Ativa Vinculada (i)	178	355
Total	178	355
Curto Prazo	178	184
Longo Prazo	-	171

(i) Realizado nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, com vencimentos até 15 de abril de 2025.

d) Diversas:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	1.161	788
Provisão para Passivos Contingentes (ii)	13	13
Credores diversos – País (iii)	4.381	134
Total	5.554	935

(i) As provisões referem-se a despesas de pessoal relativo a férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.

(ii) Provisão para passivos contingentes constituídas em razão de ações judiciais avaliadas como perdas prováveis.

(iii) Credores Diversos estão compostos por Bloqueios judiciais de saldos de contas de pagamento, Empréstimos a Liberar e Fornecedores a pagar.

Nota 14. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2024, é de R\$ 107.000, totalmente integralizado, representado por 107 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento.

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período, perfazendo o montante de R\$ 66 em 30 de junho de 2024.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	30/06/2024	31/12/2023
Prejuízos acumulados	(23.607)	(23.880)
Total	(23.607)	(23.880)

A Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 288 no semestre findo em 30 de junho de 2024.

Nota 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real trimestral.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes e Diferidos:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	1.737	1.737	(2.349)	(2.349)
Adições				
Permanentes	68	68	82	82
Temporárias				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	6.367	6.367	10.867	10.867
Exclusões Permanentes	-	-	-	-
Exclusões Temporárias	(4.226)	(4.226)	(10.827)	(10.827)
Prejuízo Fiscal	(1.184)	(1.184)	(1.358)	(1.358)
Base de Cálculo	2.763	2.763	(3.585)	(3.585)
IR e CS Apurado	679	414	725	475
Benefício do Pat	(17)	-	(19)	-
Ativo Fiscal Diferido	194	178	268	97
Efeito do IR e CS no Resultado	856	592	993	572

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	31/12/2023	Adição	(-) Baixas	30/06/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	5.937	-	(372)	5.565
Total	5.937	-	(372)	5.565

Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL com base em projeção orçamentária, onde foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

A Administração, com base nas projeções de resultado, acredita que o crédito tributário será auferido no decorrer dos próximos 4 anos do seu resultado tributável.

Nota 16. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008.

São partes relacionadas à esta Companhia os controladores e acionistas, seus familiares e diretores, membros-chave da administração.

Os valores de captação com partes relacionados são remunerados a taxa média de 111% do DI.

	Passivo		Despesas	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
Agropecuária Maggi Ltda.	(42.736)	(40.583)	(2.179)	(4.516)
Amaggi Participações Financeiras	(1.932)	(2.278)	(113)	(159)
BBM Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(1.444)
Fundação André e Lucia Maggi	(21.647)	(20.498)	(1.154)	(1.002)
Hermosa Navegação da Amazônia S.A.	(27.245)	(25.847)	(1.416)	(153)
HFLC Administração e Participações Ltda.	(11.050)	(10.464)	(593)	(657)
Maggi Energia S.A.	(2.675)	(2.626)	(52)	(156)
Pessoas Físicas	(55.265)	(50.613)	(2.165)	(3.219)
Recursos de Aceites e emissão de Títulos	(162.550)	(153.263)	(6.519)	(11.306)

Os saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 referem-se a captações em CDB e RDB, Letras de Câmbio e Letras de Crédito do Agronegócio.

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da AL5 S.A – CFI e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para o ano de 2024 o montante global de até R\$ 7 milhões, mesmo valor aprovado para 2023.

Nota 17. Outras Informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Operações de Crédito	20.293	23.814
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.388	4.939
Operações Com. Títulos e Valores Mobiliários	17.303	6.393
Total	<u>40.984</u>	<u>35.146</u>

b) Despesas de Captação

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
RDB	(145)	(630)
CDB	(6.317)	(8.663)
Letras de Câmbio Pós	(4.647)	(7.635)
Letras de Crédito do Agronegócio	(7.300)	(2.182)
Total	<u>(18.409)</u>	<u>(19.110)</u>

c) Outras Despesas de Intermediação Financeira

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Deságio na Colocação de Títulos (i)	(64)	-
Comissões (ii)	(13)	(53)
Total	<u>(77)</u>	<u>(53)</u>

(i) Deságio pago à Corretoras de Valores Mobiliários pela intermediação na captação de recursos.
(ii) Comissões pagas à correspondentes bancários pelos serviços de intermediação financeira em operações de crédito.

d) Receitas por Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Tarifa de cadastro	1.551	2.144
Emissão de contratos	-	20
Tarifas Interbancárias	55	5
Total	<u>1.606</u>	<u>2.169</u>

e) Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Contribuição Ordinária ao FGC	(200)	(171)
Processamento de Dados	(6.364)	(4.790)
Serviços Técnicos Especializados	(557)	(1.024)
Serviços do Sistema Financeiro	(90)	(80)
Seguros	(32)	(20)
Comunicações	(64)	(86)
Manutenção e Conservação	-	(68)
Serviços de Terceiros	(618)	(489)
Propaganda e Publicidade	(77)	(162)
Promoções e Realizações	(78)	(168)
Publicações	(1)	(35)
Material	(27)	(10)
Viagens	(30)	(62)
Amortização	(1.236)	(828)
Depreciação	(87)	(74)
Outras Despesas Administrativas	(376)	(367)
Serviços Transações de Pagamento	(90)	-
Total	<u>(9.927)</u>	<u>(8.434)</u>

f) Despesas de Pessoal

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Proventos	(4.543)	(3.525)
Encargos	(1.237)	(1.117)
Benefícios	(785)	(641)
Outros	(82)	(12)
Total	<u>(6.647)</u>	<u>(5.295)</u>

g) Despesas Tributárias

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
COFINS	(972)	(731)
PIS	(158)	(119)
ISS	(100)	(115)
IOF	-	(1)
IPTU	-	(25)
Total	<u>(1.230)</u>	<u>(991)</u>

h) Outras Receitas e Despesas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2023</u>
Outras rendas operacionais (i)	1.530	1.431
Outras rendas não operacionais (ii)	399	162
Contingências (iii)	-	(13)
Outras despesas operacionais (iv)	(126)	(157)
Total	<u>1.803</u>	<u>1.423</u>

- (i) Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo
- (ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.
- (iii) Provisão para passivos contingentes relacionados a ações judiciais.
- (iv) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação da AL5 S.A. CFI, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, despesas postais, multas, juros e encargos, dentre outros.

j) Contingências

Em 30 de junho de 2024 existem processos judiciais inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, considerados como perdas possíveis no montante de R\$ 1.724, e perdas prováveis no valor de R\$ 13.

k) Eventos Subsequentes

- (i) Alteração no quadro da Diretoria Executiva

Em reunião de Conselho de Administração realizada em 1º de agosto de 2024, o então Diretor Presidente da AL5 S.A. CFI, Sr. Tarcísio Hübner, apresentou pedido de renúncia ao cargo, que foi aprovada por unanimidade de votos e aprovaram a indicação do Sr. Rafael Alessi, então Diretor de Clientes e Produtos, para o cargo de Diretor Presidente, com mandato válido até 30 de abril de 2026.

- (ii) Convergência ao Padrão IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em conformidade com Resolução CMN nº 4.966 de novembro de 2021, informamos que a Instituição está promovendo relevantes alterações em suas políticas, normas, sistemas e práticas contábeis, com vistas à convergência plena ao padrão IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Essa convergência visa alinhar as práticas contábeis da Instituição aos padrões internacionais de relatórios financeiros, abrangendo mudanças significativas nos seguintes aspectos:

Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Revisão dos critérios para a classificação de ativos financeiros com base em seus atributos contratuais e no modelo de negócios adotado pela Instituição.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Implementação de metodologia baseada em perdas esperadas para a mensuração de riscos de crédito, alterando o modelo anteriormente normatizado pela Resolução CNM 2682.

Hedge Accounting: Adaptação das práticas de contabilidade de hedge, assegurando melhor alinhamento com a estratégia de gerenciamento de riscos financeiros.

O processo de implementação está em curso e envolve revisões nos sistemas contábeis e operações da Instituição, além da capacitação dos colaboradores para garantir a correta aplicação dos novos requisitos normativos.

A convergência ao IFRS 9, em atendimento à Resolução CMN nº 4.966, terá impacto significativo sobre a estrutura das demonstrações financeiras e os indicadores contábeis da Instituição, especialmente em relação à avaliação de ativos financeiros e ao provisionamento de riscos de crédito e, conforme disposto na norma, os aspectos relevantes para a instituição serão divulgados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A administração da AL5 S.A. CFI permanece comprometida com a transparência e divulgação adequada dos efeitos dessas mudanças em seus relatórios financeiros futuros.

Rafael Alessi
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora de Operações e Finanças

William Luppi
Contador – CRC-PR-65355/O-5